



Eixo V – Preservação, Conservação e Memória

## Novo Laboratório de Preservação e Restauro do Superior Tribunal de Justiça

*New Preservation and Restoration Laboratory at the Superior Court of Justice (STJ)*

**Air Oliver Mendes** – Superior Tribunal de Justiça (STJ) – [air@stj.jus.br](mailto:air@stj.jus.br)

**Maria Solange de Brito** – Superior Tribunal de Justiça (STJ) – [mmeira@stj.jus.br](mailto:mmeira@stj.jus.br)

**Resumo:** O trabalho apresenta o processo de implantação do novo Laboratório de Preservação e Restauro (LAPRE) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analisando seus impactos na preservação documental institucional. Caracteriza-se como estudo de caso descritivo, de abordagem qualitativa e natureza aplicada, fundamentado em referenciais de conservação preventiva e gestão de riscos documentais. Os resultados evidenciam ampliação da capacidade operacional, modernização dos fluxos técnicos e fortalecimento das políticas de memória institucional. Conclui-se que a nova infraestrutura consolidou a preservação documental como atividade estratégica para a gestão da informação e proteção do patrimônio documental do Poder Judiciário.

**Palavras-chave:** Preservação documental. Conservação preventiva. Restauro. Memória institucional. Patrimônio documental.

**Abstract:** This paper presents the implementation process of the new Preservation and Restoration Laboratory (LAPRE) at the Superior Court of Justice (STJ), analyzing its impacts on institutional documentary preservation. The study is characterized as a descriptive case study with a qualitative and applied approach, based on preventive conservation and documentary risk management frameworks. The results demonstrate expanded operational capacity, modernization of technical workflows, and strengthening of institutional memory policies. It concludes that the new infrastructure consolidated documentary preservation as a strategic activity for information management and protection of documentary heritage within the Judiciary.

**Keywords:** Documentary preservation. Preventive conservation. Restoration. Institutional memory. Documentary heritage.



## 1 INTRODUÇÃO

A preservação documental ocupa posição estratégica nas instituições públicas responsáveis pela guarda da memória administrativa, jurídica e histórica do Estado brasileiro. No âmbito do Poder Judiciário, os documentos institucionais ultrapassam a função meramente administrativa e assumem caráter probatório, histórico e social, contribuindo para garantia de direitos, acesso à informação e fortalecimento da memória pública.

O crescimento contínuo dos acervos arquivísticos e bibliográficos das instituições públicas tem ampliado os desafios relacionados à preservação permanente, especialmente diante da necessidade de ambientes tecnicamente adequados para conservação preventiva e gestão de riscos documentais. Conforme Bellotto (2006), os arquivos permanentes possuem valor administrativo, histórico e cultural, configurando-se como instrumentos fundamentais para transparência institucional e produção de conhecimento.

A conservação preventiva consolidou-se nas últimas décadas como uma das principais abordagens da preservação documental contemporânea ao priorizar ações destinadas à redução dos fatores de degradação antes da ocorrência de danos irreversíveis aos acervos. Segundo Cassares (2000), fatores ambientais inadequados, como oscilações de temperatura e umidade relativa, incidência luminosa, poluentes atmosféricos, infestação biológica e acondicionamento inadequado figuram entre os principais agentes responsáveis pela deterioração documental. Spinelli Júnior (2011) destaca que programas estruturados de conservação preventiva apresentam maior eficiência técnica e melhor relação custo-benefício quando comparados a intervenções corretivas realizadas após o agravamento dos danos físicos aos documentos.

Nesse contexto, a gestão de riscos aplicada à preservação documental tornou-se componente essencial das políticas institucionais de memória, permitindo monitoramento contínuo das condições ambientais, identificação de vulnerabilidades e planejamento preventivo de longo prazo.

No âmbito do Poder Judiciário brasileiro, os documentos arquivísticos possuem relevância singular devido ao seu valor jurídico, administrativo e histórico. Processos judiciais, registros administrativos, fotografias institucionais e documentos normativos



constituem fontes fundamentais para reconstrução da memória institucional e garantia da transparência pública.

Conforme Bellotto (2006), os arquivos permanentes exercem simultaneamente funções administrativas e culturais, permitindo continuidade institucional e fortalecimento da cidadania por meio do acesso à informação. Nas últimas décadas, o Conselho Nacional de Justiça passou a incentivar políticas de preservação da memória institucional, promovendo iniciativas voltadas à gestão documental, preservação permanente e valorização do patrimônio histórico do Poder Judiciário.

A literatura especializada destaca que a organização física dos laboratórios influencia diretamente a eficiência dos procedimentos técnicos e a segurança dos acervos em tratamento.

Segundo Conway (2001), ambientes inadequados comprometem significativamente a preservação documental, aumentando riscos operacionais e custos relacionados à restauração corretiva. A implantação de estruturas especializadas para conservação preventiva também se relaciona à sustentabilidade institucional, uma vez que ações preventivas reduzem custos futuros associados à perda documental, restauração emergencial e substituição de materiais deteriorados. Além disso, laboratórios especializados fortalecem políticas institucionais de gestão da informação, continuidade administrativa e proteção do patrimônio documental público.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Laboratório de Preservação e Restauro (LAPRE) atua desde a década de 1990 na conservação de processos históricos, livros raros, fotografias, documentos permanentes e objetos museológicos vinculados ao patrimônio institucional do Tribunal. Entretanto, o aumento das demandas técnicas evidenciou limitações estruturais importantes da antiga instalação, especialmente relacionadas à insuficiência de espaço físico, ausência de setorização adequada e restrições operacionais incompatíveis com as necessidades contemporâneas da preservação documental.

Diante desse cenário, tornou-se necessária a implantação de uma nova infraestrutura técnica voltada à ampliação da capacidade operacional do laboratório e à adequação dos ambientes aos princípios contemporâneos de conservação preventiva, segurança ocupacional e gestão integrada de acervos.



O presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de implantação do novo Laboratório de Preservação e Restauro do STJ, destacando os desafios enfrentados, as soluções implementadas e os impactos institucionais decorrentes da modernização da unidade.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso descritivo, de abordagem qualitativa e natureza aplicada, desenvolvido a partir da análise do processo de implantação do novo Laboratório de Preservação e Restauro (LAPRE) do Superior Tribunal de Justiça.

O estudo fundamentou-se em levantamento documental institucional, observação técnica dos fluxos operacionais da unidade e análise das adequações estruturais implementadas durante o processo de modernização do laboratório. Inicialmente, foram realizados diagnósticos técnicos voltados à identificação das limitações estruturais da antiga instalação, incluindo avaliação das condições ambientais, ergonomia, capacidade operacional, fluxos de circulação e segurança ocupacional.

Com base nesse diagnóstico, foram definidos os requisitos técnicos da nova infraestrutura, priorizando setorização funcional dos ambientes, criação de áreas especializadas para higienização documental, implantação de área molhada para procedimentos técnicos específicos, melhoria das condições de climatização e reorganização dos fluxos operacionais.

Paralelamente às adequações físicas, houve revisão administrativa dos fluxos de solicitação de serviços por meio da implantação de tramitação eletrônica no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permitindo maior rastreabilidade e padronização dos atendimentos realizados pelo laboratório.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A implantação do novo Laboratório de Preservação e Restauro representou transformação significativa na estrutura de preservação documental do Superior Tribunal de Justiça.



A área operacional da unidade foi ampliada de aproximadamente 90m<sup>2</sup> para cerca de 240m<sup>2</sup>, representando crescimento superior a 160% da capacidade física disponível para desenvolvimento das atividades técnicas.

A nova infraestrutura possibilitou reorganização funcional dos ambientes e criação de setores especializados destinados à higienização documental, armazenamento temporário, estabilização física de documentos e realização de procedimentos técnicos específicos.

As antigas instalações do laboratório apresentavam limitações típicas de espaços improvisados, que, ao longo dos anos, passaram a restringir a expansão das atividades da seção, apresentando potencial de afetar também a qualidade do trabalho. Entre as principais, temos:

Restrições de ordem estrutural e espacial. A figura 1 demonstra que o ambiente disponível era reduzido e pouco setorizado. Isso dificultava a separação adequada entre as atividades desempenhadas pelos servidores no laboratório – como higienização, restauração, encadernação, acondicionamento e outras técnicas. Essa limitação comprometia o fluxo de trabalho, além de apresentar espaços insuficientes na estação de trabalho de cada servidor.

**Figura 1** – Instalações antigas do Laboratório de Conservação e Restauração de Documento



Fonte: elaborada pelos autores.

Descrição: duas fotografias do antigo Laboratório de Conservação e Restauração de Documento com mesas de trabalho, armários de madeira, equipamentos especializados e materiais destinados à preservação de acervos.

Além disso, o espaço impedia a assimilação de novas frentes de atuação. A ampliação do escopo do LAPRE, especialmente para abarcar obras de arte e objetos museológicos, exigia condições específicas que a antiga instalação não comportava, como áreas dedicadas e de dimensões apropriadas, a incorporação de equipamentos próprios e maior controle ambiental.





Por fim, havia também limitações relacionadas à capacidade operacional e de atendimento. O espaço reduzido e a infraestrutura limitada restringiam o volume de itens tratados simultaneamente, dificultando o atendimento mais célere às demandas institucionais e a execução de projetos de maior envergadura.

Em síntese, tratava-se de um ambiente que, embora funcional em sua origem, já não acompanhava a complexidade, a escala e o nível de especialização que as atividades do LAPRE passaram a exigir, cenário que torna ainda mais relevante o avanço representado pelas novas instalações.

**Figura 2** – Novas instalações do LAPRE.



Fonte: Secretaria de Comunicação Social do STJ.

Descrição: conjunto de seis fotografias que apresentam a fachada e os ambientes internos do novo LAPRE, sendo a fachada mostrada na primeira imagem e os espaços internos nas demais. As imagens apresentam salas amplas e iluminadas, equipadas com mesas de trabalho, armários, estantes, computadores e equipamentos especializados para preservação de acervos, evidenciando a organização e a infraestrutura técnica do espaço.

Entre os principais avanços observados destacam-se a implantação de área molhada para tratamentos especializados, melhoria das condições de climatização, modernização da iluminação técnica e ampliação das bancadas operacionais. A reorganização dos espaços proporcionou ganhos expressivos relacionados à segurança ocupacional da equipe técnica, redução de riscos operacionais e melhoria dos fluxos internos de circulação de materiais.

Um exemplo cujo resultado é capaz de demonstrar cabalmente o ganho em capacidade de atendimento foi a higienização realizada na coleção Ministro Célio Borja, recentemente incorporada ao acervo da Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça - Enfam. O conjunto, doado pela família do jurista, composta por mais de 6.000 volumes,



teve tratamento nas novas dependências do Laboratório de Preservação e Restauro. Uma força-tarefa, composta por auxiliares da própria biblioteca, foi capaz de realizar esse serviço em poucas semanas de trabalho.

Outra consequência de importância refere-se à informatização dos fluxos administrativos por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permitindo maior controle sobre solicitações de atendimento, rastreabilidade dos procedimentos realizados e padronização dos registros técnicos da unidade.

A modernização do laboratório também fortaleceu institucionalmente as políticas de preservação da memória do STJ, ampliando o suporte técnico prestado ao Museu institucional, à Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, ao Arquivo do Tribunal e aos gabinetes de Ministras e Ministros.

Os impactos observados ultrapassam os aspectos puramente operacionais. A nova estrutura consolidou a preservação documental como atividade estratégica para continuidade administrativa, proteção da informação institucional e valorização do patrimônio histórico-documental do Poder Judiciário.

Apesar dos avanços alcançados, permanecem desafios relacionados à atualização tecnológica contínua, ampliação futura da capacidade técnica e consolidação de políticas permanentes de preservação digital. Além disso, a manutenção de equipes especializadas e a garantia de investimentos institucionais contínuos configuram fatores críticos para sustentabilidade das ações de preservação documental no longo prazo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação do novo Laboratório de Preservação e Restauro do Superior Tribunal de Justiça representa importante avanço na política institucional de preservação documental e no fortalecimento da memória do Poder Judiciário brasileiro. A modernização da infraestrutura permitiu superar limitações históricas da antiga instalação, criando condições adequadas para a ampliação das atividades técnicas desenvolvidas pela unidade.

Os resultados alcançados demonstram que investimentos em conservação preventiva e infraestrutura especializada produzem impactos diretos na proteção do



patrimônio documental, na melhoria da gestão da informação e no fortalecimento das políticas institucionais de memória. A experiência do STJ evidencia, ainda, a relevância da atuação integrada entre áreas técnicas, administrativas e de infraestrutura na implementação de projetos voltados à preservação documental.

Além dos benefícios operacionais imediatos, a nova estrutura estabelece bases importantes para futuras iniciativas relacionadas à preservação digital, à gestão integrada de acervos e ao fortalecimento das políticas públicas de memória institucional no âmbito do Poder Judiciário.

A modernização do Laboratório de Preservação e Restauro também amplia as possibilidades de desenvolvimento de ações estratégicas voltadas à preservação documental. A reorganização dos fluxos operacionais e a ampliação da infraestrutura física criaram condições favoráveis para a implementação gradual de programas mais abrangentes de preservação preventiva, gestão de riscos e difusão do patrimônio documental institucional.

Entre as perspectivas futuras, destaca-se a consolidação de programas permanentes de monitoramento ambiental, com controle sistemático de temperatura, umidade relativa do ar, luminosidade e agentes biológicos, fatores diretamente relacionados à longevidade dos documentos custodiados. A adoção de rotinas contínuas de avaliação preventiva tende a reduzir significativamente a necessidade de intervenções corretivas mais complexas e onerosas.

Outro aspecto relevante refere-se à ampliação das ações de capacitação técnica das equipes envolvidas com preservação documental. A atualização contínua dos profissionais torna-se indispensável diante da evolução das metodologias de conservação preventiva, dos avanços tecnológicos aplicados à gestão documental e das crescentes demandas relacionadas à preservação de documentos digitais e híbridos.

A experiência do STJ demonstra que investimentos em preservação documental não devem ser compreendidos apenas como medidas voltadas à conservação física de acervos, mas como iniciativas estratégicas associadas à gestão da informação, à continuidade administrativa, à transparência pública e à proteção da memória institucional. Nesse contexto, laboratórios especializados assumem papel fundamental na mitigação de riscos relacionados à perda informacional e à deterioração de documentos de valor permanente.





Além disso, a nova estrutura do LAPRE fortalece possibilidades de cooperação técnica entre instituições públicas, favorecendo o intercâmbio de experiências, o desenvolvimento de boas práticas e a construção de políticas colaborativas de preservação documental no setor público brasileiro. Tais iniciativas podem contribuir para maior padronização dos procedimentos técnicos e para o fortalecimento das ações de memória institucional em diferentes órgãos governamentais.

Por fim, observa-se que a consolidação de políticas permanentes de preservação exige continuidade administrativa, planejamento de longo prazo e garantia de investimentos institucionais contínuos. A sustentabilidade das ações implementadas dependerá diretamente da manutenção de equipes especializadas, da atualização tecnológica periódica e da integração da preservação documental às estratégias institucionais de gestão da informação e memória organizacional.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Ato n. 136, de 23 de julho de 2003**. Altera o Regulamento dos Serviços da Secretaria de Documentação, em conformidade com a Resolução n. 5, de 14.05.2003, que alterou a estrutura orgânica do Superior Tribunal de Justiça. Brasília: STJ, 2003. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/14353>. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Instrução Normativa STJ/GP n. 15, de 12 de fevereiro de 2026**. Dispõe sobre o serviço de preservação de documentos bibliográficos, arquivísticos e museológicos do Superior Tribunal de Justiça. Brasília: STJ, 2026. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/211372>. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resolução nº 12, de 16 de abril de 1990**. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências. Brasília: STJ, 1990. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/7635> . Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resolução STJ/GP n. 25 de 25 de junho de 2025**. Altera a estrutura orgânica do Superior Tribunal de Justiça. Brasil, 2025. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/202458>. Acesso em: 11 jun. 2026.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.



CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

